


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: 0023225-83.2012.8.26.0566
 Classe – Assunto: Procedimento Ordinário - Seguro
 Requerente: Geraldo Cabral de Arruda
 Requerido: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). Alex Ricardo dos Santos Tavares

Vistos.

GERALDO CABRAL DE ARRUDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, pedindo: a) o valor determinado pela Lei 6.194/74, ou seja, o valor de 40 salários mínimos, porque sofreu lesões de natureza gravíssima, em razão de acidente de trânsito.

O réu, em contestação de folhas 19/30, pede a improcedência do pedido, porque: a) falta de exame de corpo de delito; b) prescrição; c) ausência de invalidez

A decisão saneadora de folhas 65 afastou as preliminares, com exceção da prescrição, deixando sua análise após a prova pericial.

Laudo Médico Legal de folhas 115.

Manifestação do réu às folhas 123.

Manifestação do autor às folhas 135.

Homologação do Laudo às folhas 136.

Memoriais do réu às folhas 141.

Memoriais do autor às folhas 154.

Relatei. Decido.

Com razão o réu, com todo respeito, eis que confirmada a prescrição.

Acompanhe.

O autor sofreu o acidente em 1994 (fato incontroverso).

Disse na petição inicial que somente teve ciência inequívoca da sua invalidez em 27/07/2012, conforme comprovante de pagamento administrativo. Confira: folhas 03, quinto parágrafo.

Ao contrário do alegado, não juntou o comprovante citado.

O relatório médico de folhas 13 não esclarece a respeito da ciência da invalidez, a qual foi elucidada pela prova pericial, que assim definiu: "Consta da abertura CAT (comunicação de acidente de trabalho). Permaneceu em auxílio-doença a partir da data do acidente sendo o benefício encerrado convertido por aposentadoria por invalidez em 1995. Confira: folhas 111.

Desse modo, o autor teve ciência inequívoca da incapacidade laboral em 1995, mas ingressou com a ação somente em 12/11/2012, já esgotado o prazo prescricional de 3 anos, previsto no artigo 206, parágrafo 3, inciso IX, do Código Civil.

Precedente: "Ação de cobrança. Seguro obrigatório (DPVAT). Prescrição reconhecida na sentença. Termo inicial de contagem de prazo que, no caso de invalidez permanente, se inicia a partir da ciência inequívoca da invalidez. Exegese da Súmula 278 do STJ. Autor que teve ciência inequívoca de sua incapacidade com a concessão da aposentadoria por invalidez pelo INSS. Prescrição trienal reconhecida. Sentença mantida. Recurso improvido. (Relator(a): Ruy Coppola; Comarca: Araraquara; Órgão julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 19/11/2015; Data de registro: 20/11/2015)".

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil. Condene o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% sobre o valor da causa, ante a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inexistência de complexidade, com atualização monetária desde a distribuição e juros de mora a contar do trânsito em julgado. P.R.I.C.São Carlos, 07 de março de 2016. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA